

Engenharia pela Democracia: Carta de Princípios

A Cândido Portinari

Carta de Carlos Drummond de Andrade a Portinari em 1946

(....) Você é a alegria e a honra do nosso tempo e da nossa geração. (...) foi em você que conseguimos a nossa expressão mais universal, e não apenas pela ressonância, mas pela natureza mesma de seu gênio criador, que ainda que permanecesse ignorado ou negado nos salvaria para o futuro. (....)

Estamos de luto. A tragédia brasileira em 2021 se projeta no mundo como uma sombra terrível. Vemos cotidianamente ser anunciado o acúmulo de centenas de milhares de mortes, atingimos 500 mil em junho e não estamos entre os 70 países que mais vacinam em relação à população. É sabido que parte dessas mortes eram evitáveis.

Estamos indignados pela disseminação da fome, com a população desassistida em meio à crise econômica e com a precarização absoluta de suas condições de trabalho.

Para além da pandemia e do genocídio em curso, estamos ultrajados com a devastação deliberada de biomas preciosos, com a permissividade com que são tratados desastres monumentais em barragens de mineradoras, com derramamentos de óleo cru, com o uso desenfreado de agrotóxicos, pesticidas e com a alienação da soberania sobre água potável. Igualmente ultrajados estamos com a banalização do extermínio de povos originários, quilombolas e camponeses.

Não se trata de acaso, mas de um projeto de usura, sistemático, um projeto que mutila nosso país em todos os aspectos civilizatórios: social, econômico, ambiental e cultural. Projeto que nos reduz como seres humanos. Nosso país é hoje pária no planeta.

Ademais, no campo político-institucional, está em curso uma destruturação sistemática do Estado. Fortalecem-se milícias assassinas, apoiam-se chacinas do povo preto favelado e trivializam-se agressões ao Estado Democrático de Direito.

Aos brasileiros e brasileiras, profissionais na Engenharia, que não naturalizam e nem se omitem quanto à tragédia em curso, são necessárias lucidez e indignação para fazer a justa escolha: não ficarmos atônitos e inertes diante do trágico destino, mas termos a arte e o engenho para superar este triste momento e construir uma outra sociedade.

Assim, a tragédia atual seria vista por gerações futuras como uma etapa anterior a uma grata inflexão para novos tempos, quando se virou de vez essa página infeliz da nossa história. 2022 seria o início da reconstrução do Brasil, celebrada no marco de dois eventos históricos: os duzentos anos da Independência e os cem anos da Semana de Arte Moderna.

Quem subscreve esta Declaração de Princípios são estudantes, técnicos e técnicas, engenheiras e engenheiros, profissionais de áreas afins que atuam na Engenharia, mestres e doutores em Engenharia. Não temos distinções de credos, gênero, raça ou origem, muito menos de opções sexuais e afetivas.

Princípio 1 – Desenvolvimento sócioambientalmente responsável

Uma nação socioambientalmente desenvolvida deve se organizar na perspectiva de uma economia neutra em carbono, do uso da terra de forma socialmente justa, da produção de alimentos saudáveis em um país sem fome, do reflorestamento e proteção de nossos biomas e do saneamento e planejamento urbanos para todas e todos.

Pactuamos por um desenvolvimento situado, respeitando a nossa rica diversidade regional e cultural em seus respectivos sítios simbólicos de pertencimento, nas comunidades indígenas e quilombolas, e em outros sítios a serem preservados com características endógenas locais.

Técnicas, métodos, projetos e concepções na Engenharia são escolhas feitas por nós a cada dia, escolhas providas de valores éticos que não podem incorrer em mudanças climáticas irreversíveis que comprometem a sobrevivência de todos os seres vivos.

Defendemos uma abordagem mais holística para a Engenharia, em que passemos a respeitar e valorizar a natureza - sem a tola pretensão de controlá-la e dominá-la, não raro destruindo-a, mas ao contrário atuando em maior harmonia e reciprocidade.

Princípio 2 – Soberania nacional e Educação em Engenharia

Engenharia do latim *ingenius* (*in*, “dentro”, *genius*, divindade que preside a cada um”), que significa “*produzir ou gerar talento*” ou “*qualidade nata*”.

A República Federativa do Brasil, por sua cultura em suas diversas manifestações, por seus saberes originários, por seu bioma, por seu território e coesão social, por seu claro respeito a vizinhos e demais nações, por seu protagonismo em organismos de desenvolvimento econômico internacionais (BRICS) e por sua história institucional na criação da CSN, Petrobrás, SUS, Embraer, Universidades Públicas etc., como nação independente e soberana, não cabe no quintal de ninguém.

A eterna vigilância na construção da soberania depende da Educação. A Educação na Engenharia contempla diretamente nossos atuais formandos – graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado – educadores das universidades, dos institutos federais e de centros de pesquisa.

A Engenharia se traduz cada vez mais em atividades profissionais mediadas por aparatos técnicos que afastaram as tradicionais interações trabalhador – matéria-prima.

A formação no campo da Engenharia de algum modo se estende a áreas afins, dada a abrangência de seus conteúdos sociotécnicos. Assim, a Educação na Engenharia contempla indiretamente carreiras profissionais em nível técnico do mundo do trabalho.

Políticas Públicas de Estado em Educação para a Engenharia, que respeitem nossas identidades e que estejam sintonizadas com experiências internacionais, são essenciais para se romper o ciclo perverso do eterno recomeçar que muitas instituições e pessoas já vivenciaram infelizmente.

A Educação na Engenharia nos permite ver o que nem todos estão vendo, percebermos antes fenômenos e abordagens ainda mal equacionados. A ciência aplicada caminha nessas incertezas críticas.

Conclamamos por um protagonismo da Engenharia que inspirados em Anísio Teixeira, Nísia Floresta, Paulo Freire, Milton Santos e Darcy Ribeiro nos levem a fazer desse lugar um bom país.

Princípio 3 – Democracia e desenvolvimento

Para a Engenharia mais DEMOCRACIA significa implementar políticas públicas em CT&I – Ciência, Tecnologia & Inovação e redefinir o papel do Estado, que deve atuar ativamente construindo igualdades de oportunidades, melhores e em maior número, aos que aqui trabalham.

Abundam exemplos, distantes e recentes na história, de nações que muito se desenvolveram social e economicamente em um curto período de tempo. E todas essas nações tiveram em comum uma grande inserção técnica e política de profissionais da Engenharia, atuando e planejando essa construção.

Em nosso país o percentual de engenheiras e engenheiros em relação ao número de habitantes é ainda reduzido. Nos recursos destinados à CT&I em relação ao PIB, a comparação a outros países é ainda mais desfavorável e vem se agravando drasticamente nos últimos anos.

Uma medida que mostra essa trajetória de inversão de prioridade frente a nações soberanas é a fuga de talentos e de conhecimento que são aqui constituídos e que passam a buscar melhores oportunidades em outros países.

Outra comparação atual de análise é a complexidade econômica vista pela carteira de produtos que exportamos em sua diversidade e sofisticação, alterar nossa atual posição de fornecedores de matéria prima e commodities primárias para uma produção e comercialização de produtos, serviços e tecnologias de maior valor agregado somente será possível com políticas vigorosas em CT&I.

Cabe à Engenharia um papel central na condução desse processo. Porém tais possibilidades e vocações de desenvolvimento somente se materializam com um arcabouço institucional democrático voltado a tais fins, vale dizer com um Estado indutor e organizador de Políticas Públicas.

Para os profissionais da Engenharia, que sabem o valor civilizatório da Democracia, o futuro é hoje. Vamos à luta!!!